



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

12/07/2017

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
1.2. PRECATÓRIOS.....	3 - 5
1.3. VARA CRIMINAL.....	6
2. JORNAL EXTRA	
2.1. EVENTOS.....	7 - 8
2.2. VARA CRIMINAL.....	9
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. AÇÕES TJMA.....	10
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. CONVÊNIOS.....	11 - 12
4.2. PRESIDÊNCIA.....	13
4.3. TURMAS RECURSAIS.....	14 - 15
4.4. VARA CRIMINAL.....	16 - 18
4.5. VARA DA MULHER.....	19
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. CONVÊNIOS.....	20 - 21
5.2. DECISÕES.....	22
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	23 - 24
6.2. CONVÊNIOS.....	25

Reclamação

Estado não cumpre acordo, diz comunidade da Aurora

Moradores da Aurora denunciam o descumprimento, pelo Governo do Estado, do acordo feito no início deste ano e mediado pelo MP, por causa da presença de uma unidade da Funac no bairro. Falta segurança e os buracos não foram tapados. **CIDADES 2**



Biné morais

Moradores da Aurora alegam que Estado descumpra acordo

Uma das principais reivindicações é a falta de segurança; moradores dizem que a viatura da PM não fica mais no local, o que aumentou a criminalidade

Moradores do bairro Aurora, em São Luís, denunciam o descumprimento, pelo Governo do Estado, de sua parte no acordo feito com a comunidade no início deste ano e mediado pelo Ministério Público, por causa da presença de uma unidade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac) na localidade. A principal reclamação diz respeito ao policiamento na região.

No dia 25 de janeiro, durante audiência de conciliação no Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro do Calhau, além de garantir que a unidade da Funac deixará o bairro no fim deste ano, o governo se comprometeu em reforçar a segurança na região, deixando uma viatura policial na porta da unidade da Funac, que seria responsável, também, por fazer o policiamento na região.

Insegurança

Os moradores do bairro alegam que esse acordo não está sendo cumprido, pois há muito tempo essa viatura não é mais vista na porta da unidade, nem fazendo as rondas ostensivas e preventivas, aumentando a quantidade de crimes na região. "A sensação de insegurança voltou na região. Os assaltos dentro de ônibus e nas paradas voltaram a acontecer. O governo está dei-



Biné Morais

Passados cinco meses do acordo com o Governo, viatura da PM não fica mais no bairro e buracos permanecem

xando de cumprir o que prometeu", disse Mauro Silva, que é um dos líderes comunitários da região.

Outra parte do acordo firmado relacionava-se com a instalação de um posto policial que funcionaria 24 horas, mas isso até o momento não aconteceu. Os moradores criticam ainda a falta de compromisso do governo com relação à quadra poliesportiva que deveria ser reformada. Eles afirmam que o espaço ainda não foi entregue para a comunidade e está sendo depredado pela ação de vândalos.

Outra reclamação são as ruas da comunidade em que o governo se comprometeu em restaurar para retirar os buracos, principalmente aqueles localizados na Rua Frei Hermenegildo, principal via de acesso para o bairro. "As ruas

continuam intrafegáveis. Tudo o que o governo se comprometeu em fazer não está fazendo", pontuou Mauro Silva.

Acordos

A luta da comunidade da Aurora para que o Governo do Estado retirasse do local uma unidade da Funac recém-instalada começou dia 4 de janeiro e, após quase um mês de protestos, brigas, barricadas e reuniões, houve a vitória da comunidade e ficou acertado, em audiência de conciliação no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, que o Governo do Estado tem até o dia 30 de dezembro deste ano para remover a unidade da comunidade.

Em nota a Secretaria de Estado da Infraestrutura informou que sexta-feira, 7, a reforma da quadra poliesporti-

va com cobertura e espaço para ginástica foi concluída e sua inauguração está marcada para o dia 28. Sobre a Rua Frei Hermenegildo, em frente à Funac, a Sinfra informou que desde 2015 o Programa Mais Asfalto revitaliza ruas de São Luís com o objetivo de ajudar a prefeitura na melhoria mobilidade urbana no município. Sobre a pavimentação das ruas, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular informou que tem monitorado com a Prefeitura de São Luís a realização da reforma. A Secretaria de Estado da Segurança Pública, informou que o 9º BPM realiza trabalhos preventivos e ostensivos no bairro Aurora e adjacências. A SSP frisou, que são feitas diariamente, abordagens à veículos, motocicletas e pedestres. ●

Decisão da Justiça

Dino manda R\$ 5 mi ao TJ para tentar reverter sequestro

Medida é nova ofensiva para reverter a decisão de sequestrar R\$ 96 milhões do Estado para precatórios **POLÍTICA 3**

Para reverter sequestro, Flávio Dino manda R\$ 5 milhões ao TJ

Presidente do Tribunal, desembargador Cleones Cunha, determinou o confisco de R\$ 96 milhões das contas do Estado; reconsideração ainda não foi apreciada

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

Numa nova ofensiva para tentar convencer o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, a rever sua decisão de determinar o sequestro de R\$ 96 milhões das contas do Estado para pagamento de precatórios, o governo Flávio Dino (PCdoB) informou ao Judiciário, na semana passada, que liberará mais R\$ 5 milhões para a quitação de valores devidos aos credores considerados prioritários.

A lista tem 321 credores e, pelos valores que já foram repassados, apenas 268 deles poderiam receber os valores a quem têm direito, de acordo com a assessoria de comunicação do TJMA.

“De acordo com informações da Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão, o Governo do Estado repassou, no fim de maio de 2017, R\$ 10 milhões e no fim do mês de junho R\$ 5 milhões. Esse valor já está sendo contabilizado para efetuar pagamento de 268 credores da lista de prioridades, que tem um total de 321 credores e um total de R\$ 18 milhões para quitar”, diz o comunicado encaminhado a **O Estado**.

Ainda segundo o TJ, assim que os R\$ 5 milhões a mais forem repassados pelo Executivo, a lista de prioridades poderá ser inteiramente paga.

“O Governo do Estado informou que repassou mais R\$ 5 milhões para precatórios, valor que deverá ser disponibilizado nas próximas semanas e que pagará o restante dos prioritá-



Arquivo

Flávio Dino tem feito de tudo para convencer Cleones Cunha

rios”, completa a nota.

Reconsideração

O anúncio da determinação para o repasse de R\$ 5 milhões a mais ocorre justamente quando o Governo do Estado tenta convencer o TJ a reconsiderar a decisão pelo sequestro de R\$ 96 milhões.

O recurso dos comunistas chegou à Coordenadoria de Precatórios no dia 3 de julho e ainda não foi apreciado pelo desembargador Cleones Cunha. No entanto, ele mesmo já rejeitou um pedido parecido, protocolado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), no qual pede-se o abrandamento da medida, para que seja permitido pagar parcelas menores.

No dia 8 de junho, já depois de o Estado do Maranhão ter sido enquadrado no Regime Especial de Pa-

gamento de Precatórios – o que o obriga a pagar parcelas mensais de mais R\$ 28 milhões -, a PGE protocolou uma petição sugerindo uma nova fórmula de cálculo. Também naquela ocasião os comunistas tentavam abrandar o valor das prestações. Esta petição está num segundo processo.

Cleones Cunha rejeitou sumariamente os argumentos da PGE, “ante o manifesto descompasso com a norma de regência do Regime Especial” e manteve o valor do aporte mensal a ser repassado ao Tribunal de Justiça, durante o exercício de 2017, para pagamento dos precatórios, no montante de R\$ 28.007.942,19.

Essa decisão foi juntada no dia 22 de junho ao processo em que se determinou o sequestro de R\$ 96 milhões.

Governador reclamou publicamente de sequestro

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), reclamou publicamente, na semana passada, da decisão pelo sequestro de R\$ 96 milhões das contas do Estado para pagamento de precatórios.

Ao discursar a uma plateia de prefeitos, em evento da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), o comunista disse que o dinheiro, se efetivamente sequestrado, fará falta ao orçamento do Executivo.

Dino volta a usar discurso de débitos da gestão passada

“Vai prejudicar, não há dúvida. Trabalhamos com um orçamento apertado. R\$ 96 milhões fazem muita falta. Estamos tentando reverter essa decisão”, afirmou.

Para justificar a reclamação, Dino voltou a usar o discurso de que recebeu débitos da gestão anterior, mesmo já no terceiro ano de mandato. Na verdade, ele recebeu quase R\$ 2 bilhões em caixa, de uma linha de crédito do BNDES, fruto de projetos da gestão anterior. Não há informações sobre aplicação. ●

Acusado de matar fiscal da Fazenda em 2014 vai a júri

Sessão do Tribunal do Júri está marcada para segunda-feira, 17, no Fórum Sarney Costa; os outros envolvidos no crime não serão julgados

Após mais de dois anos do assassinato do fiscal da Secretaria Estadual da Fazenda do Maranhão (Sefaz-MA) e empresário José de Jesus Gomes Saraiva o autor desse crime, identificado como Jack Douglas Vieira Matos, natural da Bahia, vai ser submetido a júri popular. A sessão do julgamento está prevista para ocorrer na próxima segunda-feira, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Saraiva foi morto a tiros, na Vila Maracujá, zona rural de São Luís, no dia 19 de novembro de 2014.

Jack Douglas foi preso no dia 27 de outubro do ano passado, na cidade de Paulo Afonso, no estado da Bahia, e foi autuado pela prática de homicídio triplamente qualificado que teve como vítima José de Jesus Saraiva. Esse crime foi investigado pela equipe da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP), coordenado pelo delegado Jeffrey Furtado.

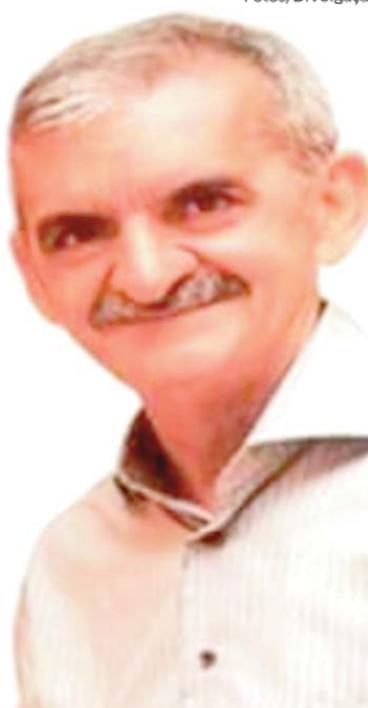
O delegado informou que, além de Jack Douglas, havia mais duas pessoas envolvidas nesse caso, identificadas como Elionai Silva Costa e o proprietário dos estabelecimentos comerciais Polpas e Frios e Polpas e Queijos, ambos na Cidade Operária, o empresário Alessandro Rodrigues



Jack Douglas será julgado pelo assassinato de José de Jesus Saraiva

de Matos, conhecido como Alex.

Ainda segundo o delegado, Alessandro Rodrigues, em depoimento na polícia, informou que Jack Douglas, no dia do crime, ao tomar conhecimento de que a carreta, que transportava arroz, estava sob a fiscalização do fiscal da Receita Estadual, planejou toda a ação criminosa e, de posse de uma arma, foi ao encontro



Fotos/Divulgação

da vítima, no ponto final da linha do coletivo da Vila Maracujá e executou o fiscal. Logo depois, ele levou Elionai Silva Costa, de 24 anos, que tinha levado o fiscal até o local do crime, a um posto de combustível, no bairro Estiva, e pagou a ele a quantia de R\$ 300,00.

Ainda nesse dia, Jack Douglas teria encontrado o empresário no pos-

SAIBA MAIS

Acusado de crime volta a ser preso

Uma equipe da Delegacia de Roubos e Furtos (DRF) prendeu ontem Glaubson Maranhão dos Santos, o *Nem*, em sua residência, na Vila Itamar, pelo crime de porte ilegal de arma de fogo. Segundo a polícia, ele faz parte de uma facção criminosa e guardava em sua casa 11 munições calibre ponto 40. Esse criminoso havia sido preso no dia 23 de julho de 2014, acusado pela morte do cantor André Lobo, na Forquilha, no dia 8 de maio desse ano.

to de combustível Magnólia, na BR-135, onde a carreta com a carga de arroz, avaliada em R\$ 100 mil, estava estacionada e levaram a carga, segundo Alex, de 1.300 fardos de arroz, vindo de Santa Catarina, para o depósito da empresa Polpas e Frios, na Cidade Operária.

Em seguida, Jack Douglas se dirigiu para uma das residências do empresário, no Maracanã. Alex também declarou que eles utilizavam uma empresa fantasma, denominada Pinheiro Comércio e Alimentos Ltda, para receber cargas irregulares na capital. Na sessão de segunda-feira, apenas Jack Douglas será julgado. ●

Defensoria Pública registra quase 600 casos de violência contra o idoso só em 2017

PÁGINA 5

NÚMEROS CRUÉIS

Defensoria Pública registra quase 600 casos de violência contra o idoso só em 2017

Nos primeiros seis meses de 2017, a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) contabilizou 589 casos de abuso contra idosos, registrados pelo seu Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (Ciapvi). Figuram entre os casos de maior incidência a negligência, as violências física, psicológica e financeira, a autonegligência e o abandono. Os números foram destacados durante a abertura do Seminário “Conhecendo a Remadi e suas ramificações - O direito do idoso à justiça e direitos humanos pede passagem”.

O evento, realizado nesta segunda-feira (10), no Fórum Sarney Costa, em parceria com Corregedoria Geral da Justiça, marcou ainda o encerramento da Campanha de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, que este ano teve como tema “O direito do idoso pede passagem”.

O defensor-geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, destacou a necessidade de fortalecimento das redes de proteção com vistas à criação de mecanismos de defesa da população idosa. “A participação da Defen-



ria Pública não é apenas na garantia de direitos, mas também na animação da rede de proteção desse segmento. Queremos que ela se fortaleça e capilarize seu trabalho de sensibilização dentro do maior número de instituições possível, oportunizando a valorização contínua do idoso”, disse.

Em seu pronunciamento, o presidente do Tribunal de Justiça (TJ/MA), o desembargador Cleones Cunha, falou sobre a importância da adesão da sociedade como auxiliar das leis estabelecidas que garantem direitos à pessoa idosa. “Todos estamos aqui por amor à causa de respeito aos direitos e de valorização do idoso. Este é o motivo da

união de todos nessa grande rede que promove este seminário. Fico feliz em estar aqui e encontrar pessoas motivadas pelo mesmo ideal. Óbvio que a lei garante direitos aos idosos, mas se não houver amor à causa, não adianta o argumento legal”, disse.

PALESTRA - O encerramento da campanha foi marcado pela palestra da juíza Oriana Gomes que abordou o tema “O direito dos idosos para a Justiça e direitos humanos”, destacando as diferenças ou indiferença de gênero, raça, etnia e classe social; construção da igualdade combatendo a discriminação, a igualdade e o papel do Estado no estabelecimento de diretrizes.

Também estiveram presentes no evento a corregedora-geral da Justiça, a desembargadora Anídes Cruz, o titular do Núcleo de Defesa do Idoso, Portador de Deficiência e da Saúde, da DPE, o defensor Cosmo Sobral da Silva, a coordenadora do Ciapvi e presidente da Associação Nacional de Gerontologia do Maranhão, Isabel de Fátima Lopizic, além de representantes do Fórum das Entidades Maranhenses de Defesa e Direito do Idoso, dos Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos do Idoso, da Associação Nacional de Gerontologia, dentre outras entidades.

CAMPANHA - As atividades duraram cerca 40 dias, entre palestras, seminários, panfletagens e vários outros eventos que envolveram dezenas de atores que compõem a Rede de Proteção da Pessoa Idosa maranhense. A campanha, promovida anualmente pela DPE e parceiros, marca o Dia Mundial de Conscientização da Violência à Pessoa Idosa, comemorado em 15 de junho, e tem como objetivo discutir estratégias de promoção de políticas públicas que oportunizem um envelhecimento digno, saudável e sem violência.

Homem é condenado a 35 anos de prisão em Carolina

O juiz Mazurkiewicz Sarai-va, titular de Carolina e respondendo por Colinas, presidiu na terça-feira (4) uma sessão do tribunal do júri em Colinas. O réu foi Erirelton Pereira Cortez, acusado de ter matado Ailton Martins Sineá e Antônio da Silva Vilas Boas Filho, e de ter tentado contra a vida de Wendel Samuel de Abreu. O réu foi condenado a 35 anos de prisão.

Consta na denúncia que o crime ocorreu em setembro de 2015, após confusão em uma seresta no bar 'mirindibas'. Narra a peça acusatória que Erirelton teria dito a Wendel que eles teriam uma situação pra resolver e que o mataria. Assustado, Wendel teria saído da seresta e ido embora, mas teve que retornar para biscar sua companhia. Destaca ainda a

denúncia que Erirelton teria recebido um revólver calibre 38 de um homem chamado Maurício. Antes de chegar à seresta, Wendel ouviu tiros, disparados por Erirelton contra Ailton Martins. O acusado teria corrido atrás de Wendel e Antônio. Ele disparou contra Wendel, mas errou. Entretanto, conseguiu atingir Antônio, fugindo em seguida. O Judiciário recebeu a denúncia e pronunciou Erirelton e Maurício ao Tribunal do Júri Popular. Erirelton recebeu a pena de 35 anos de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, em estabelecimento prisional a ser determinado pela Justiça. Já Maurício Roterdan, que teria entregue a arma a Erirelton, foi absolvido pelo conselho de sentença, em julgamento realizado dia 5, quarta-feira.

BateRebate

JULGADOS HOJE



Dezenove processos estão na pauta de julgamento da Sessão Plenária Jurisdicional do Tribunal de Justiça do Maranhão, que ocorre nesta quarta-feira (12), a partir das 9h.

A pauta inclui incidente de resolução de demandas repetitivas, mandado de segurança, agravo interno, entre outros. A agenda pode ser consultada no sistema Jurisconsult, no Portal do Judiciário.

Órgão máximo dentro da estruturação hierárquica do Poder Judiciário estadual e composto pelos 27 desembargadores, o Pleno do TJMA tem competências jurisdicional e administrativa.

As sessões administrativas ocorrem sempre às primeiras e terceiras quartas-feiras do mês; enquanto que as sessões jurisdicionais ocorrem às segundas, quartas e quintas (quando há) quartas-feiras do mês.

TRANSMISSÃO AO VIVO – As sessões plenárias são transmitidas ao vivo pela Rádio Web Justiça do Maranhão, que também pode ser acessada na página principal do Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br). Para usuários de aparelhos com Sistema iOS, o aplicativo da Rádio Web Justiça do Maranhão está disponível, gratuitamente, na Apple Store.

A emissora pode ser conectada, também, pelo aplicativo móvel TuneIn, fazendo uma busca pelos nomes Rádio TJMA ou TJMA. Quem tem sistema de mídia ou equipamento de som, com conexão por bluetooth ou USB, pode acessar a emissora no aparelho, em casa ou no carro, a partir de um celular conectado a uma rede wi-fi ou de dados móveis.

VERUSKA OLIVEIRA/FIEMA



Seminário em defesa do idoso

A Corregedoria Geral da Justiça, em parceria com a Defensoria Pública do Estado, realizou na segunda-feira, 10, o Seminário “Conhecendo a Rede Maranhense de Defesa do Idoso e suas ramificações - O direito do Idoso à Justiça e Direitos Humanos pede passagem”, destinado a juízes de direito, promotores de Justiça, defensores públicos, advogados e público em geral. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão e a corregedora-geral da Justiça, desembargadores Cleones Cunha e Anildes Cruz, prestigiaram o evento. O juiz Gladiston Cutrim, auxiliar da CGJ, coordenou os trabalhos da mesa de debates do evento, que contou com a presença dos palestrantes, os juízes Oriana Gomes (8ª Vara Criminal de São Luís) e Alexandre Abreu.



Não se discute aqui se uma
mulher, criança ou idoso merecem
mais proteção, mas, sim, igualdade
de proteção para todos os
segmentos



**Alexandre Abreu, juiz, sobre a realização
do seminário em defesa do idoso**

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Togas se agitam

As sessões do pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão transcorrem em “plenitude” harmoniosa, com votos que são valorosas peças judiciais. Isso só na liturgia que rege o Tribunal e seus ritos e julgamentos. Mas por trás das togas já se move a disputa deste fim de ano, para os cargos de direção do TJMA.

Três em um

Os desembargadores Nelma Sarney, José Joaquim Figueiredo dos Anjos e Maria das Graças Duarte Mendes deverão ir para um embate acirrado pela presidência do Judiciário Maranhense. Entretanto, há uma corrente que aponta Nelma Sarney como preferencial no rodízio de antiguidade. Mas, pelo jeito, não será bem assim.

DIVULGAÇÃO



Posse do juiz Manoel Aureliano na Turma Recursal de São Luís

O juiz de Direito Manoel Aureliano Ferreira Neto, titular do 8º Juizado Cível e das Relações de Consumo de São Luís, tomou posse, na manhã de segunda-feira (10), como membro titular da Turma Recursal Cível e Criminal da capital. O juiz foi empossado no cargo pela corregedora-geral, Anildes Cruz, com a leitura e assinatura do termo de posse, na presença da coordenadora dos juizados especiais do Estado do Maranhão, juíza Márcia Chaves; da juíza auxiliar da Corregedoria, Sara Gama, e do diretor da secretaria da CGJ, Gustavo Costa Campos. Último a falar, o juiz Manoel Aureliano disse que atua nos juizados especiais há quinze anos e que tem a preocupação de fazer com que a Lei nº 9.099/1985 (Juizados Especiais) seja efetivada, adotando como sistemática de trabalho a separação entre a audiência de conciliação e da instrução processual.



Juizado Especial sem
conciliação não é
Juizado

**Manoel Aureliano, juiz, ao tomar posse na
turma Recursal de São Luís**

Autor de feminicídio é condenado a 25 anos

Homem agrediu a companheira a pauladas, deixando-a desacordada. Socorrida por familiares, a vítima morreu no Hospital Municipal dias depois

DOUGLAS CUNHA

Assassino da companheira foi condenado a 25 anos e seis meses de reclusão, em júri popular realizado em Pernalva. A sessão aconteceu na Câmara Municipal e reuniu grande número de pessoas em virtude da grande comoção que o crime causou na sociedade local, quando da sua perpetração.

Acusado de feminicídio

e prática de tortura, Gedson Moreira Silva foi condenado pela morte sua companheira Daniela Costa Diniz. O crime aconteceu na madrugada do dia 26 de novembro de 2016, quando o casal retornava de uma festa e, do nada, passaram a discutir. Gedson, então, munuiu-se de um pedaço de madeira e passou a agredir a mulher que, depois de dominada, foi arrastada até à moradia do casal.

Na manhã seguinte, vizi-

nhos comunicaram à família da vítima a ocorrência de briga entre o casal. Uma irmã de Daniela foi até a casa e ali a encontrou despida, muito machucada e deitada de bruços. Ela foi levada para o Hospital Municipal e ali permaneceu internada por alguns dias até quando morreu. Gedson foi condenado a uma pena de 25 anos e seis meses de prisão a ser cumprida, inicialmente, em regime fechado.

Lavrador condenado

Em Coroatá, o Tribunal do Júri condenou o lavrador José Francisco da Silva Melo, conhecido como “Zezinho”, a 12 anos de reclusão, pelo assassinato do também lavrador Carlos André da Silva Moraes-“Poló”, a facada, no dia 10 de janeiro de 2010, no Bar do Negão, por motivo fútil. Zezinho se encontrava foragido e foi preso em Chapadinha, após cometer outro assassinato. Ele está preso naquela cidade, aguardando julgamento.

Acusado de matar fiscal Saraiva vai a júri



Jak Douglas (foto) é acusado de matar Saraiva com tiros à queima-roupa.

JÚRI POPULAR.....

Matador do fiscal Saraiva vai a julgamento dia 17

No dia 17 próximo, será levado a julgamento pelo Tribunal do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, o homicida Jak Douglas Vieira Matos, acusado de matar, no dia 19 de novembro de 2014, com três tiros, em uma emboscada na Vila Maracujá, na zona rural de São Luís, o fiscal da Fazenda Estadual José de Jesus Gomes Saraiva.

Saraiva fiscalizava uma carga de 1.300 fardos de arroz oriundos de Santa Catarina e que seriam entregues a uma empresa fictícia, localizada na Avenida Principal da Vila Maracujá. O fiscal fazendário foi atraído para um local sem saída e ali foi surpreendido por Jak Douglas que chegou em uma caminhonete e fez os disparos, matando José de Jesus Saraiva.

O homicida estava foragido e foi preso, dia 7 de novembro do ano passado, na cidade de Paulo Afonso, no interior da Bahia, e transferido para São Luís para ser julgado pelo crime de homicídio triplamente qualificado. (DC)



Jak Douglas matou Saraiva com tiros à queima-roupa

Inconformismo

- Nada surpreendeu na pesquisa divulgada nesta segunda-feira, 10, pela Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar com os últimos dados sobre a violência contra a mulher maranhense.
- É geral. O inconformismo do homem com o fim do relacionamento continua aparecendo como o principal motivador para as agressões e até assassinato de mulheres.
- Os dados mostram também que 51% das vítimas tiveram filhos com o agressor e 72% dos casos de agressões ocorreram dentro de casa. Lamentável.

INOVAÇÃO: Corregedoria lança cartilha que esclarece dúvidas sobre registro imobiliário

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) lançou, na manhã desta terça-feira (11) no Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, a "Cartilha do Mercado Imobiliário", em parceria institucional com a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI), o Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão (SINDUSCON) e com a colaboração da Associação dos Notários e Registradores do Maranhão (ANOREG). A corregedora da Justiça e o presidente do Tribunal de Justiça, desembargadores Anildes Cruz e Cleones Cunha prestigiaram o evento.

A publicação, que nasceu de uma sugestão do Núcleo de

Aprimoramento Extrajudicial (NAE) criado pela atual gestão da CGJ, esclarece sobre os direitos e deveres, procedimentos, prazos, documentos necessários para a prática de atos notariais e registrais de transações imobiliárias e responde às dúvidas frequentes relacionadas ao registro imobiliário e de condomínio no Estado do Maranhão.

A cartilha tem informações úteis para pessoas físicas e jurídicas sobre o montante a ser pago, os prazos a serem cumpridos e os documentos necessários para a regularização dessas transações, resumindo as regras previstas na Constituição Federal, Leis e Provimentos e contribuirá para facilitar o acesso dos ci-

dadãos aos serviços prestados pelos cartórios.

A corregedora Anildes Cruz ressaltou a materialização de um trabalho oriundo da gestão compartilhada implementada na Corregedoria ao longo do biênio 2016/2017, ao reunir diversas instituições parceiras dos setores público e privado. "A cartilha é um avanço na relação entre o Poder Público, a iniciativa privada e a sociedade em geral, que a partir de agora tem em mãos uma poderosa ferramenta de esclarecimento sobre os procedimentos adotados para o registro imobiliário", ressaltou a desembargadora.

"O cidadão, que por vezes se vê cheio de dúvidas quanto aos procedimentos cartorári-

os, agora tem todas as informações em um só lugar, facilitando e agilizando o registro imobiliário desejado", finalizou Anildes Cruz.

Para a juíza Sara Gama, auxiliar da Corregedoria e presidente do NAE, a cartilha chega para preencher uma lacuna de informações necessárias à sociedade, que ao final resultam em um processo de transparência dos serviços prestados pelas serventias extrajudiciais do Estado. "Por determinação da corregedora Anildes Cruz, que criou o NAE, trabalhamos nesse projeto que significa, também, acesso à Justiça", finalizou a magistrada.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, parabenizou a Corregedoria e os parceiros institucionais pela importante iniciativa de resumir a legislação, de forma explicativa, em uma cartilha. "Eu que sou professor de Registro Público da Escola da Magistratura já verifiquei que há muita informação nova a ser estudada, por isso, meus parabéns à corregedora e aos parceiros pela excelente publicação", disse.

Segundo o presidente do Sindicato das Empresas da Construção Civil (SINDUS-CON-MA), Fábio Nahuz, a cartilha é um novo marco na relação entre as entidades do mercado imobiliário e o Poder

Divulgação



Corregedora Anildes Cruz lança a 'Cartilha do Mercado Imobiliário' durante solenidade nesta terça

Judiciário. "Essa cartilha presta um relevante serviço à sociedade em geral sobre as normas e exigências legais, que contribuem para evitar pendências e reduzir o tempo de liberação da documentação", pontuou.

VERSÃO ELETRÔNICA - A corregedora Anildes Cruz anunciou durante a solenidade a disponibilização da versão eletrônica da "Cartilha do Mercado Imobiliário" na página da Corregedoria na internet, na área Serviços, para ampliar o acesso ao documento, que também será remetido aos cartórios de todo o Estado.

Participaram do lançamento o desembargador José Bernardo Rodrigues; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão

(AMMA), Ângelo Santos; os juízes auxiliares da CGJ, Gláston Cutrim, José Américo Abreu Costa e Rosária Duarte; o diretor da Secretaria da Corregedoria, Gustavo Costa Campos; o juiz Luiz de França Belchior, titular da 2ª vara cível e responsável pelo Registro Público da Capital; Cláudio Calzavara de Araújo, presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI); os membros do NAE, advogado Guilherme de Oliveira, e o engenheiro civil, Giovanni de Oliveira; e os cartórios Cristiana Duailibe (representando o desembargador Ricardo Duailibe) e Gustavo Dal Molin; e a escrevente Maria das Graças Figueiredo. **(Márcio Rodrigo- Asscom CGJ)**

Estado e Município têm que garantir internação de paciente de Imperatriz em UTI

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concedeu a um morador de Imperatriz o direito à internação em leito de UTI, na rede pública ou privada, com despesas pagas pelo SUS, em razão do seu grave estado de saúde. Os três desembargadores do órgão consideraram que, comprovadas a necessidade do tratamento de saúde e a carência do cidadão, compete ao Estado do Maranhão e ao Município de Imperatriz fornecê-lo.

O entendimento unânime foi de que a situação envolve garantia fundamental, notadamente a preservação da dignidade da pessoa humana, como consta na Constituição Federal, merecendo supremacia sobre qualquer outro valor. Destacou que o paciente fora acometido de síndrome febril

Ribamar Pinheiro



O processo teve como relator o desembargador José de Ribamar Castro

e pancitopenia, uma diminuição global de elementos celulares do sangue (glóbulos brancos, vermelhos e plaquetas).

O relator, desembargador José de Ribamar Castro, argumentou que o Estado e o Município, na condição de respon-

sáveis solidários pela assistência, não podem alegar que estão autorizados a negá-la em razão de outros interesses ou compromissos financeiros.

O magistrado entendeu que a internação possui impacto financeiro mínimo e não tem

a capacidade de abalar as finanças estaduais e nem inviabilizar a gestão pública.

A decisão reformou, em parte, a sentença de primeira instância, que havia julgado improcedentes os pedidos feitos pelo paciente. Mas a 5ª Câmara Cível não atendeu à solicitação de pagamento de verbas honorárias sucumbenciais ao Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado.

O relator demonstrou, por meio de súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impossibilidade de fixação dos honorários quando a Defensoria atua contra a pessoa jurídica de direito público a que pertence, no caso o Estado.

Os desembargadores Raimundo Barros e Ricardo Duailibe concordaram com o voto do relator. (*Asscom TJMA*)



Idael Roxo foi capturado como suspeito de assassinar o agente penitenciário, ainda na Avenida Litorânea

Em audiência de custódia Justiça converte em preventiva prisão do suspeito por morte de agente penitenciário

O Poder Judiciário converteu a prisão em flagrante de Idael Melo Roxo em prisão preventiva, durante uma audiência de custódia, ontem, no Fórum Sarney Costa. O suspeito foi preso no domingo (9) como autor da morte do agente penitenciário Jorge Luís Lobo da Cunha, de 37 anos, assassinado na Avenida Litorânea.

PÁG. 12 (C1)

Durante audiência de custódia Justiça converte prisão do suspeito por morte de agente penitenciário em preventiva

Idael Roxo será submetido a Júri Popular, acusado por homicídio triplamente qualificado

NELSON MELO

O Poder Judiciário converteu a prisão em flagrante de Idael Melo Roxo em prisão preventiva, durante uma audiência de custódia ocorrida na tarde dessa terça-feira (11), no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. O suspeito foi preso no domingo (9) como autor da morte do agente penitenciário Jorge Luís Lobo da Cunha, de 37 anos, assassinado na Avenida Litorânea. A juíza Samira Barros Heluy, da Central de Inquérito e Custódia, entendeu que era necessário que o suspeito fosse mantido preso para garantir a ordem pública e aplicação da lei penal. A ata da audiência de custódia, a saber, enumera algumas questões para a conversão da prisão, como, por exemplo, indícios suficientes de autoria do acusado. A magistrada também levou em consideração as outras passagens de Idael pela prática de crimes de roubo e homicídio doloso. Ele será julgado por homicídio triplamente qualificado no Tribunal do Júri.

A MORTE DO AGENTE

Jorge estava em um bar, localizado na Avenida Litorânea, por volta das 16h de domingo, quando foi surpreendido com disparos de arma de fogo, desferidos por um homem, que saiu correndo logo após atirar. O

agente penitenciário não resistiu lá mesmo, antes da chegada de uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Logo após o assassinato, uma guarnição da Companhia de Policiamento Independente de Turismo (CPTur), composta pelo cabo Enos e soldado Passos, localizou o suspeito pelo crime, Idael Melo, que foi encontrado nas proximidades do restaurante Cabana do Sol, na Ponta d'Areia, pouco antes das 18h. A equipe capturou o criminoso seguindo orientações de populares que se aglomeravam ao redor do corpo da vítima, que foi atingida por três tiros no tórax e morava no bairro do Bequimão, na capital.

MOTIVAÇÃO DO CRIME

O delegado Lúcio Rogério Reis, titular do Departamento de Homicídios da Capital (DHC), contou, em uma entrevista coletiva realizada na segunda-feira (10), que o suspeito, segundo indicam as investigações preliminares, teria matado o agente penitenciário – que trabalhava na Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap) há dois anos - como represália por sua função pública nos cárceres do sistema penitenciário da capital maranhense.

Dessa forma, o criminoso pode

ter sido recrutado por alguém, até agora desconhecido, para assassinar Jorge Lobo, sendo que o “salve” por ter sido dado de dentro do presídio ou fora desse ambiente prisional. De acordo com o delegado, o suspeito ficou escondido atrás de dunas, portando duas armas de fogo, na Avenida Litorânea, em São Luís, aguardando o momento certo para atirar no agente, que estava acompanhado de sua esposa, de um amigo e de três crianças em um bar.

Mas, na Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), ele alegou que estava no local e se sentiu ameaçado pela presença da vítima. Porém, ele e Jorge não se conheciam, como verificaram no sistema penitenciário. Para Lúcio Rogério, o agente pode ter sido reconhecido por algum criminoso que passava pela avenida e repassado a informação a Idael, para que o matasse. Mas, por outro lado, o suspeito pode ter “estudado” a rotina da vítima. Idael tentou escapar em uma bicicleta, mas não seguiu o percurso porque foi capturado pela guarnição, que teve de derrubá-lo da “bike”, pois ele não obedeceu a duas ordens de parada. Com ele, os policiais apreenderam dois revólveres, sendo um de calibre 38, de numeração raspada



Divulgação

Idael Roxo foi capturado logo após assassinar o agente penitenciário, ainda na Avenida Litorânea

e contendo cinco munições deflagradas, e um calibre 32, com numeração suprimida e com a mesma quantidade de projéteis deflagrados.

Uma das armas só foi descoberta no Plantão Central das Cajazeiras, tendo em vista que estava escondida nas “partes íntimas” do criminoso. Esta já é a quarta passagem de Idael pela polícia, como frisado pelo delegado-geral Lawrence Melo durante a coletiva.



Giro Econômico

Aquiles Emir

aquilesemir@uol.com.br | www.aquilesemir.com.br

A Corregedoria Geral da Justiça, em parceria institucional com a associação de dirigentes de empresas do mercado imobiliário (ADEMI) e SINDUSCON, lançou nesta terça-feira (11) a “Cartilha do Mercado Imobiliário a fim de tirar dúvidas sobre direitos e deveres de clientes e empresas, procedimentos, prazos, documentos necessários para a prática de atos notariais e registrais de transações imobiliárias.
